

ESTÂNCIA ECOLÓGICA SESC-PANTANAL SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO NO CONTEXTO PANTANEIRO

SESC-PANTANAL ECOLOGICAL ESTATE EMERGENCE AND CONSOLIDATION WITHIN THE PANTANAL

Cristina Cuiabália Rodrigues Pimentel⁴
Onélia Carmem Rossetto⁵

RESUMO: A Estância Ecológica SESC-Pantanal (EESP), criada pelo Serviço Social do Comércio (SESC) consiste em uma importante iniciativa para conservação da planície pantaneira. Este artigo visa apresentar algumas das principais políticas conservacionistas direcionadas ao pantanal mato-grossense e compreender o processo de criação da EESP, especialmente os aspectos precursores de sua concepção. Com abordagem predominantemente qualitativa, a pesquisa considerou também dados quantitativos. Constatou-se, portanto, que a criação da EESP representou a incorporação da questão ambiental pela política institucional do SESC. A entidade se sobressaiu dentre as principais políticas anteriores dedicadas à região contribuindo, assim, para a conservação efetiva do pantanal mato-grossense.

Palavras-chave: Estância Ecológica SESC-Pantanal. Política ambiental. Pantanal Mato-grossense.

ABSTRACT: The SESC-Pantanal Ecological Estate (SPEE) developed by the Social Service of Commerce (SSC) consists in one important initiative for the conservation of the pantanal. This article aims to present some of the main conservation policies directed to the pantanal and comprehend the rise process of the SPEE specially the precursor aspects of its conception. With a prevailing qualitative approach the research has also considered quantitative data. It was concluded then that the rise of SPEE represented the incorporation of the environmental questions by the institutional policy of the SSC. The entity has surpassed the main policies made before in the region adding strongly the effective conservation of the pantanal.

Keywords: SESC-Pantanal Ecological Estate. Environmental Policy. Pantanal of Mato Grosso.

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM - USP). Endereço eletrônico: cuiabalia@usp.br. Pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal GECA/UFMT – Instituto Nacional de Áreas Úmidas INAU/Centro de Pesquisas do Pantanal - CPP

⁵ Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB), Docente do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Endereço eletrônico: carmemrossetto@gmail.com Pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal GECA/UFMT – Instituto Nacional de Áreas Úmidas INAU/Centro de Pesquisas do Pantanal – CPP.

Introdução

O pantanal tem se tornado um dos focos no âmbito da ampla discussão a respeito das políticas ambientais no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, devido a um maior reconhecimento de sua importância enquanto bioma e direcionamento de ações no sentido de evitar ameaças emergentes. Esta planície constitui-se em uma das mais importantes áreas úmidas do planeta, que abrange cerca de 138.183 Km² em território brasileiro, localizada na Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraguai nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (SILVA, ABDON, 1998, p. 1.706) e aproximadamente outros 20.000 Km² abrangendo os territórios da Bolívia e do Paraguai (CUNHA et al., 2006, p. 02).

É uma região peculiar, caracterizada pelo regime hidrológico que, em função dos aspectos físicos de baixa altitude e pouca declividade, configura uma composição biológica que resulta em processos ecológicos únicos pela sua complexidade condicionada pelo pulso de inundação. Neste contexto, é essencial considerar a necessidade de garantir que os ecossistemas, bem como os povos pantaneiros, sejam reconhecidos e protegidos através de políticas públicas específicas.

Uma das iniciativas de destaque para o desenvolvimento bem como para a conservação neste contexto, foi o estabelecimento da Estância Ecológica SESC-Pantanal (EESP) pelo Serviço Social do Comércio (SESC). Dentre as ações conservacionistas que incidem sobre a região do pantanal mato-grossense, a EESP tem apresentado resultados significativos, conduzindo ao aprimoramento de políticas institucionais e repercutindo positivamente no estado.

Atualmente, a instituição é composta por cinco unidades de trabalho: a Base Administrativa, o Hotel SESC Porto Cercado, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) SESC-Pantanal, o Parque SESC Baía das Pedras e o Centro de Atividades de Poconé. A RPPN tem conquistado notoriedade por sua extensão de 106.335,86 ha e por ser um modelo de gestão e manejo dos ecossistemas que abriga.

Portanto, este artigo tem como objetivo apresentar algumas das principais políticas para a conservação do pantanal, destacando a implantação da EESP, que atua há 13 anos na região do pantanal de Barão de Melgaço através das ações de manejo da RPPN SESC-Pantanal. Desta forma, pretende-se compreender o processo de criação da EESP, especificamente da Reserva, a qual vem se consolidando como uma das mais importantes unidades de conservação privadas do país.

A abordagem metodológica utilizada baseou-se em pesquisa qualitativa, não excluindo a análise de dados quantitativos que complementam o estudo. Segundo Triviños (1987, p. 189), a abordagem qualitativa

intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana. (TRIVIÑOS, 1987, p. 189).

Portanto, a pesquisa qualitativa visa consolidar procedimentos para superar os limites das análises quantitativas e, a partir da perspectiva dialética, a pesquisa busca o significado dos

fenômenos, considerando as motivações e valores inerentes às relações humanas (PÁDUA, 1997, p. 31).

Os dados primários e secundários foram obtidos através de pesquisa documental e bibliográfica, com a coleta de informações em diferentes fontes documentais, tais como relatórios e publicações institucionais, anuários estatísticos, artigos científicos, dentre outros. A análise conduziu aos resultados de forma polissêmica, buscando-se aproximar das diferentes possibilidades de reflexões acerca dos dados coletados.

Pantanal Mato-Grossense e políticas para sua conservação

O Pantanal define-se por uma planície que passa por extensa inundação durante a estação chuvosa, em que os rios transbordam e as águas pluviais se estendem amplamente e, durante o período de estiagem, os rios voltam aos seus níveis mais baixos e as áreas, antes inundadas, tornam-se secas, processo chamado pulso de inundação (JUNK et al., 2007, p. 160).

Pantanal é o nome atribuído pelos monçoeiros, em meados do século XVIII. Até este período, a planície era reconhecida como *Laguna de los Xarayes*, denominação referenciada pelos conquistadores espanhóis, primeiros relatores que registraram a paisagem inundável da bacia alto-paraguaia (COSTA, 1999, p. 18). O termo pantanal sugere uma área de pântanos, porém, Junk et al. (2007, p. 160) esclarecem que a planície pantaneira consiste em um conjunto de ecossistemas diferentes entre si e dinâmicos, não apenas em ambientes úmidos permanentemente.

Esta planície, caracterizada pela baixa capacidade de drenagem do seu sistema fluvial, está

localizada na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, na região Centro-Oeste do Brasil, posicionada num nível de altitude entre 80 e 150 metros (IBGE, 2004). Seus solos são predominantemente pouco permeáveis e o gradiente de elevação média na planície é de 25 centímetros a partir de 01 quilômetro de leste a oeste e 01 centímetro a cada 01 quilômetro de norte a sul (HAMILTON, 2002, p. 135). A sutil declividade é um fator chave para a dinâmica hidrológica dos ecossistemas, porque é um dos principais fatores determinantes que, juntamente com as precipitações e características climáticas, configuram o bioma pantaneiro.

O Pantanal Mato-grossense, porção norte da planície, constitui-se em uma das regiões vitais às demais áreas deste bioma. Esta importância se dá principalmente em função de sua localização, por abrigar afluentes do complexo regime hidrológico da bacia hidrográfica. É também uma região vulnerável às ameaças provenientes das regiões adjacentes.

Mato Grosso, a partir da década de 1980, começou a consolidar suas profundas transformações sociais e econômicas com a ocupação de seu território de forma intensa promovida na década de 1970, por meio da política de integração nacional. Em 1980, a população era de 1.138.691 habitantes; em 1991, passou para 2.027.231; em 1996, chegou a 2.235.832, atingindo, em 1998, 2.322.732 habitantes. Atualmente a população do estado é cerca de 3.033.991 habitantes (IBGE, 2010); sua taxa de crescimento populacional é em torno de 2,40 ao ano, sendo 1,64 a média brasileira.

O estado tem como base econômica atividades agropecuárias, como a criação de bovinos, equinos, asininos, ovinos e caprinos, produção de soja, milho, arroz, feijão, algodão, cana-de-açúcar dentre outras que

promovem a substituição da cobertura vegetal nativa por pasto ou monoculturas associadas ao desmatamento. A condução inadequada de tais práticas tem gerado perda da biodiversidade, modificações na composição do solo ocasionando sua erosão e a contaminação das águas superficiais e subterrâneas com agrotóxicos, defensivos agrícolas, além do assoreamento dos corpos d'água.

Com a intensificação das práticas agrícolas no norte e médio norte de Mato Grosso, tais problemas repercutem não apenas localmente, mas também na região da planície pantaneira, área que recebe grande parte do fluxo das demais bacias das regiões de planalto, onde se localizam importantes mananciais hídricos ameaçados pela agricultura com intenso uso de fertilizantes, herbicidas, inseticidas, calcário e fungicidas. Desta forma, os impactos negativos atingem uma abrangência que requer políticas públicas voltadas para o reconhecimento destas problemáticas como um todo, e não de forma secundária, pontual e desarticulada.

Uma das primeiras iniciativas de reconhecimento mais abrangente da bacia hidrográfica, trata-se do Estudo de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai (EDIBAP), realizado nos anos de 1970, apoiado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelas Nações Unidas (Pnud) (DOUROJEANNI, 2006, p. 104). A partir deste estudo, foi realizado o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP) no início da década de 1990, com financiamento do Banco Mundial (Bird), juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Este Plano teve como objetivo

[...] disciplinar o desenvolvimento econômico existente e potencial da BAP [Bacia do Alto Paraguai], definindo diretrizes e estratégias gerais e específicas de ação, formando a base técnica necessária para iniciar o processo de ordenamento territorial. (PCBAP, 1997, p. 4).

A metodologia deste trabalho envolveu basicamente o Diagnóstico Integrado, o Zoneamento Ambiental e o Prognóstico com diretrizes de uso e ocupação, os quais se pautaram nos critérios de preservação ambiental, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável considerando aspectos físicos, bióticos, socioeconômicos e jurídico-institucionais da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP, 1997, p. 4).

Entretanto, apesar de resultar em um diagnóstico da bacia hidrográfica em seus diversos aspectos e ter apontado diretrizes para promover a conservação dos ecossistemas pantaneiros, o PCBAP não teve a aplicabilidade prevista em virtude da abrangência e complexidade da planície, sendo mais apropriada uma gestão por sub-bacias ou microbacias prioritárias (DOUROJEANNI, 2006, p. 104-105).

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal, conhecido também como BID Pantanal, elaborado em 2000 para atender às recomendações do PCBAP, constituiu-se em um programa a ser co-executado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e os governos de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O custo total do Programa foi estimado em USD 400

milhões, sendo USD 165 milhões para a primeira fase e USD 235 milhões para a segunda fase, em um prazo de execução total de oito anos. O financiamento da segunda fase estava condicionado ao alcance dos objetivos da primeira fase (BID, 2006, p. 04).

O Programa tinha como objetivo promover o desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraguai, com ênfase no Pantanal, a partir do gerenciamento e conservação dos recursos naturais e a promoção de atividades econômicas compatíveis ambientalmente com os ecossistemas (BID, 2006, p. 04). Inicialmente, sua preparação durou cerca de cinco anos, sob responsabilidade dos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e tinha como ênfase os componentes de infraestrutura (estradas e saneamento). Em virtude da insuficiência de recursos, foi firmado o contrato com o Governo Federal e o BID para subsidiar o Programa, dotando-o com caráter ambiental.

Mesmo com o financiamento, o Programa não obteve alcance satisfatório dos seus objetivos. Segundo o Relatório Final de Projeto referente à primeira fase do Programa, a avaliação indicou inefetividade do desenvolvimento, a implementação do Projeto foi muito insatisfatória, o desenvolvimento institucional foi irrelevante, quanto à sustentabilidade sua efetividade foi improvável e o desempenho do executor foi muito insatisfatório (BID, 2006, p. 08).

Tal insucesso foi atribuído principalmente ao não estabelecimento, por parte do órgão executor (MMA), de uma linha de base para medir e comparar produtos e efeitos programados e alcançados, a não definição de um eixo estruturador responsável para reunir informações e direcionar o trabalho, a não implementação do Plano de Execução, à ausência de um mecanismo operativo com o Banco para controle dos

avanços físicos e financeiros do projeto e a não contratação de uma instituição gerenciadora, como o Projeto previa (BID, 2006, p. 19-21).

Outras iniciativas que poderão repercutir positivamente para a conservação dos ecossistemas pantaneiros em Mato Grosso são o Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso e o Plano Estadual de Recursos Hídricos, divulgados em 2008 (SEPLAN-MT, 2010) e 2009 (SEMA-MT, 2009) respectivamente. Entretanto, o Zoneamento está atualmente sendo revisado e, quanto ao Plano Estadual de Recursos Hídricos, ainda não foram implementadas políticas concretas direcionadas à Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraguai, como, por exemplo, a criação de Comitês de Bacia ou Sub-bacias.

Paralelamente a estas políticas, um dos mecanismos para a proteção do pantanal mato-grossense tem sido a implantação de unidades de conservação (UCs). Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei n. 9.885 de 18 de julho de 2000, unidade de conservação constitui-se num

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.” (SNUC, 2000).

Portanto, estas áreas são dedicadas especificamente à proteção e conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, como define o Sistema Estadual de Unidades de Conservação de Mato Grosso (SEUC) instituído pelo Decreto Estadual n. 1.795 de 4 de

novembro de 1997. O SEUC define três categorias de UCs: de Proteção Integral, as de Uso Sustentável e as de Manejo Provisório; enquanto que o SNUC apresenta apenas as duas primeiras categorias.

De acordo com a delimitação da planície pantaneira proposta por Silva e Abdon (1998, p. 1.706) os municípios mato-grossenses que integram a planície com maior representatividade do bioma são: Cáceres, Poconé, Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço. O último é o município do estado com maior proporção do pantanal, tendo 97,5% de sua área alagável ou alagada permanentemente (PIMENTEL, 2009, p. 123). Considerando estes quatro municípios e dados da SEMA-MT, há 10 unidades de conservação no pantanal mato-grossense, sendo 05 federais e 05 estaduais, como apresentado na figura 01.

No contexto das unidades de conservação, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) SESC-Pantanal é uma das principais em virtude de

sua extensão, manejo e gestão, representando uma das unidades de trabalho de maior destaque no âmbito do Serviço Social do Comércio. Sua criação representou uma tomada de decisão da instituição diante da ascensão da questão ambiental na década de 1990, agregando esta temática às suas ações no contexto do bem-estar social, foco do SESC desde seu surgimento em meados da década de 1940.

Sua notoriedade tem contribuído para que se torne uma das referências em conservação e desenvolvimento no pantanal, fato que tem merecido análises e reflexões acerca dos êxitos obtidos através de suas políticas, num contexto em que importantes programas não têm alcançado os objetivos previstos.

Estância Ecológica SESC-Pantanal: a questão ambiental do Serviço Social do Comércio

A Estância Ecológica SESC-Pantanal representa a culminância de um processo de construção de uma política institucional do SESC, que, após o

	Unidade de Conservação	Esfera	Ano de Criação	Município em que está localizada
01	Estação Ecológica Taiamã	Federal	1981	Cáceres
02	Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense	Federal	1981	Poconé
03	Reserva Particular do Patrimônio Natural Estância Dorochê	Federal	1997	Poconé
04	Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC-Pantanal	Federal	1997	Barão de Melgaço
05	Reserva Particular do Patrimônio Natural JUBRAN	Federal	2002	Cáceres
06	Estrada Parque Transpantaneira	Estadual	1996	Poconé
07	Estrada Parque Santo Antônio do Leverger - Porto de Fora - Barão de Melgaço	Estadual	2000	Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço
08	Estrada Parque Poconé – Porto Cercado	Estadual	2000	Poconé
09	Parque Estadual Guirá	Estadual	2002	Cáceres
10	Parque Estadual Encontro das Águas	Estadual	2004	Poconé e Barão de Melgaço

Fig. 01) Unidades de conservação localizadas no Pantanal Mato-grossense. Fonte: Dados da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA-MT, 2010).

reconhecimento da necessidade de inserir a questão ambiental em sua agenda, concebeu a ideia da criação desta unidade bem como os princípios desta nova temática integrada ao bem-estar social.

O SESC, como as demais organizações que compõem a sociedade, está inserido no contexto das políticas públicas no âmbito nacional e distribui-se por todas as unidades federativas do país. De acordo com Rodrigues (2010, p. 13), a política pública pode ser entendida como um fluxo no qual diversos atores interagem continuamente na busca pela tomada de decisões que irão incidir sobre ações no coletivo, podendo ser delineada como um

[...] processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum. (RODRIGUES, 2010, p. 13).

O contexto das arenas em que emergem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais e ideológicos, pode ser definido como o conjunto das organizações públicas estatais, as públicas não estatais, as corporativas e as privadas (BRESSER PEREIRA, 1999, p. 17) e as relações entre elas.

Desta forma, o SESC é uma instituição destinada à prestação de serviços que visam o bem-estar dos trabalhadores e seus familiares nos setores do comércio e serviços (REGO, 2002, p. 13). Foi criado em 13 de setembro de 1946, com a promulgação do

Decreto-Lei n. 9.853 pelo Governo Federal, a partir do impulso dado pela Carta da Paz Social. Este documento, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), expressava “o desejo de estabelecer solidariedade e harmonia entre capital e trabalho”, considerando que o passo inicial para humanizar estas relações seria a criação dos serviços sociais da indústria e do comércio (SESI, 2010).

A criação do SESC, assim como do SESI (Serviço Social da Indústria), representou uma forma de apaziguar a agitação operária de inspiração “comunista” ou “revolucionária”, minimizando a problemática social entre a classe trabalhadora destes setores e o Estado (REGO, 2002, p. 17).

O SESC pode ser definido como uma corporação de direito privado, porém, não se constitui enquanto empresa, pois integra indiretamente o aparelho estatal e tem caráter público, ainda que secundariamente (de interesse geral) (REGO, 2002, p. 64-66). Desta forma, trata-se de um novo aparato institucional, uma organização social autônoma vinculada ao Estado por meio de contratos de gestão com conotação eminentemente política (BARRETO In: BRESSER PEREIRA, GRAU, 1999, p. 129).

Essencialmente consiste em um arranjo híbrido, ou seja, por meio do contrato de gestão, a organização recebe recursos do Estado provenientes das contribuições do setor correspondente, promove a execução de políticas públicas, não com isso isentando o Estado da formulação, regulação, fiscalização e avaliação das políticas. É uma forma de desburocratizar o Estado, ampliando áreas de apoio à sociedade (VIEIRA in BRESSER PEREIRA, 1999, p. 244-247).

Portanto, esta arquitetura institucional tem possibilitado o desenvolvimento de ações descentralizadas em todas as unidades federativas do país ao longo de mais de 60 anos de atuação, sendo reconhecidas pela sociedade, principalmente nas frentes de trabalho: saúde, educação e cultura.

Complementarmente a este panorama, a questão ambiental, tão em pauta atualmente em grande parte das organizações na sociedade, surgiu ainda timidamente no âmbito do SESC no final da década de 1950, com o estabelecimento de um convênio com a União dos Escoteiros do Brasil, oferecendo ao seu público alvo (comerciários e familiares destes) atividades que possibilitavam o contato com o ambiente natural, em excursões e acampamentos. Porém, as publicações institucionais dos primeiros 50 anos do SESC, praticamente não mencionavam o tema ambiental ou ecológico com o a ênfase que a temática ganhou na década de 1990 (DOUROJEANNI, 2006, p. 176).

A década de 1990 foi um marco no percurso da questão ambiental no Brasil, por fatos importantes que contribuíram para que novos rumos fossem avistados em busca da ampla disseminação do tema. O crescente debate acerca das dimensões da questão ambiental colocou em foco uma outra forma de planejar ações globais e locais, de forma a possibilitar um desenvolvimento que articule avanços econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais.

Tais condições levaram a introdução desta questão nas diversas organizações na sociedade, conseqüentemente, o SESC, inserido neste contexto, assume a questão ambiental enquanto um problema pungente que compõe o conjunto de fatores que

envolvem o bem-estar social. Diante desta mudança no comportamento institucional, iniciou-se o processo de revisão incremental da política da entidade, agregando esta questão não apenas de forma a difundir a estrutura já existente, mas também criando uma transmutação que atenda a esta necessidade a partir de sua identidade política.

A decisão do SESC de adquirir em 1995 uma extensa propriedade no pantanal foi resultado da representatividade deste bioma e a carência de ações voltadas para sua conservação e desenvolvimento, assim como a abrangência ainda pouco disseminada da instituição no Estado de Mato Grosso nesse período (DOUROJEANNI, 2006, p. 177). Pode-se dizer que esta circunstância apresentou uma janela de oportunidade para certos empreendedores na orientação das ações neste sentido, como discutido por Kingdon (1995, p. 165), um momento oportuno para os defensores das propostas imporem suas soluções ou forcarem a atenção para o problema em foco.

Neste caso, o reconhecimento da questão enquanto um problema fez com que o assunto ocupasse lugar de destaque na agenda política, como aponta Kingdon (1995, p. 114) “[...] sometimes, the recognition of a pressing problem is sufficient to gain a subject a prominent place on the policy agenda”. Vale ressaltar que o processo de reconhecimento se deu em função das circunstâncias que levaram os atores a incorporar a questão em debate.

Entende-se, portanto, que o processo de construção da política institucional nesse caso se deu a partir da entrada de um problema, com a discussão em torno das decisões a serem tomadas

para atendê-lo e a implementação de uma proposta. Neste processo, é destacada a participação influente de dirigentes do SESC em Mato Grosso, que empreenderam a ideia do Estado em ser o *locus* para a concretização do projeto ambiental do SESC.

Desta forma, foi concebida a Estância Ecológica SESC-Pantanal, com o propósito inicial de adquirir terras no pantanal mato-grossense para o estabelecimento de uma área protegida em forma de Reserva Particular do Patrimônio Natural. Esta categoria de unidade de conservação constitui-se em uma “área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica”, como previsto pelo Artigo 21 da Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000.

Durante o processo de compra das terras, tiveram como prioridade a aquisição das mais preservadas, com a possibilidade de ampliação para adjacências, uma etapa desafiadora em virtude das negociações com os proprietários das áreas, os quais nem sempre estavam decididos a efetuar a venda e não definiam valores adequados (DOUROJEANNI, 2006, p. 178). Primeiramente, foram comprados 2 terrenos, um à margem direita do rio Cuiabá, no município de Poconé e o outro à margem esquerda do mesmo rio, no município de Barão de Melgaço. Posteriormente foram adquiridas outras áreas, totalizando mais de 106 mil hectares em Barão de Melgaço e outras áreas em Poconé.

Neste conjunto, a EESP se estabeleceu gradualmente a partir de 1996, com a missão de promover a educação e a preservação ambiental, o ecoturismo e o desenvolvimento social e sustentável das populações dos municípios de Poconé e Barão de Melgaço (EESP, 2005, p. 04). É composta por cinco

unidades operacionais: Hotel SESC Porto Cercado, o Parque SESC Baía das Pedras, o Centro de Atividades de Poconé, a Base Administrativa em Várzea Grande e a RPPN SESC-Pantanal, principal representação dos objetivos da Estância.

Para a criação da Reserva, foram adquiridas 16 antigas fazendas de gado que se encontravam inoperantes no município de Barão de Melgaço, e posteriormente reconhecidas como RPPN pelo Ibama em 1997. Em 2003, a unidade foi integrada ao *Convention on the International Importance Especially as Waterfowl Habitat*, comumente conhecido como Convenção de Ramsar que trata de procedimentos internacionais para o uso racional e conservação dos habitats úmidos. A RPPN é considerada ainda Zona Núcleo da Reserva da Biosfera desde 2000 pela Unesco (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*). Sua localização corresponde ao Pantanal de Barão de Melgaço, sob influência do regime de cheias e vazantes dos rios Cuiabá (a noroeste) e São Lourenço (a sudeste) e atualmente possui uma área de 106.335,86 ha.

Sua gestão e manejo são referências no país pela infraestrutura mantida de forma a atender à natureza da categoria da unidade de conservação. A equipe de servidores ligados diretamente à RPPN é composta por uma Gerente de Pesquisas e Estudos, um piloto, 15 guarda-parques treinados para desempenhar as atividades na Reserva e 20 brigadistas, dos quais 14 são mateiros florestais e 06 são operadores de máquinas, contratados temporariamente no período da seca para as atividades de combate aos incêndios florestais (PIMENTEL, 2009, p.145). Neste universo, vale

destacar que um dos critérios prioritários para formação da equipe de guarda-parques foi, dentre outros, que os mesmos fossem moradores das comunidades do entorno.

As atividades desenvolvidas na Reserva são realizadas de acordo com as diretrizes do Plano de Manejo e orientações do Conselho Consultivo da unidade, e englobam, de forma geral, o monitoramento ambiental, ações de combate aos incêndios florestais na época da seca, acompanhamento de pesquisas científicas e manutenção da infraestrutura (postos de proteção ambiental, cercas, aceiros, barcos, veículos, equipamentos diversos, estradas, dentre outros). A relação com as comunidades rurais no entorno se dá por meio de projetos com temáticas identificadas pela própria comunidade, como, por exemplo, a apicultura, além de ações sociais periódicas no campo da saúde e educação.

Portanto, a criação da EESPe a implantação da Reserva foram a concretização das ideias precursoras da questão ambiental no contexto da política institucional do Serviço Social do Comércio, ultrapassando as barreiras que impediram outras políticas avançarem e alcançarem seus objetivos. A administração gerencial orientada para resultados, superando uma administração burocrática, pode vir a superar o desafio da eficiência e efetividade na execução das políticas ambientais no pantanal mato-grossense.

Considerações Finais

O panorama de políticas ambientais no pantanal mato-grossense, assim como em outros contextos, exige articulação de diversos aspectos para que tenha flexibilidade e alcance êxito. As circunstâncias em que a política acontece demandam resiliência às organizações, isto é, que possuam a capacidade de se adaptar às mudanças, e, ao mesmo tempo, resistir às adversidades trazidas pelas perturbações inerentes aos conflitos, evoluindo e fortalecendo suas ações.

Desta forma, a partir do reconhecimento e agregação da questão ambiental por parte do Serviço Social do Comércio, a criação da Estância Ecológica SESC-Pantanal representou o rompimento de políticas que até então vinham incidindo sobre este bioma em sua porção mato-grossense por outras organizações. A descentralização e autonomia dadas à instituição local, no caso estudado, têm possibilitado a efetividade de seus propósitos e aumento da visibilidade do pantanal como patrimônio natural a ser protegido e desenvolvido sob padrões com baixo impacto ambiental.

Portanto, as organizações devem considerar que estão em meio a processos dinâmicos na sociedade, que a cada tempo apresentam elementos que levam a novas configurações, assim como os ritmos das águas do pantanal, um complexo sistema de relações.

Referências

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). *Relatório Final de Projeto (Project Completion Report – PCR): Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal - 1ª fase*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=774466>>. Acesso em: 05 nov. 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai*. Resumo Executivo. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente, 1997.

_____. *Lei 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 20 de dez. de 2010.

BRESSER PEREIRA, L. C. GRAU, N. C. (Orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

COSTA, M. F. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

CUNHA, C. N. RAWIEL, P. WANTZEN, K. M. JUNK, W. J. PRADO, A. L. Mapping and characterization of vegetation units by means of Landsat imagery and management recommendation for the Pantanal of Mato Grosso (Brazil) north of Poconé. *Amazoniana*, XIX (1/2), p. 1-34, 2006.

DOUROJEANNI, M. J. *Construindo o futuro do Pantanal*. Rio de Janeiro: SESC/Departamento Nacional, 2006.

ESTÂNCIA ECOLÓGICA SESC PANTANAL - EESP. *Programa de Trabalho*. Cuiabá: Serviço Social do Comércio, 2005.

HAMILTON, S. K. Hydrological controls of ecological structure and function in the Pantanal wetland (Brazil). The ecohydrology of South American Rivers and Wetlands. *IAHS Special Publication*, n. 6, p. 133-158, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. *Biomass Continentais do Brasil*. Brasília: IBGE, 2004. Escala: 1:5.000.000.

_____. *Estados: Mato Grosso*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt>>. Acesso em: 07 de nov. de 2010.

MATO GROSSO. *Decreto n.º 1.795, de 04 de novembro de 1997*. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e dá outras providências.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Unidades de Conservação de Mato Grosso*. Disponível em <http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_user&view=login&return=aHR0cDovL3d3dy5zZW1hLm10Lmdvdi5ici9pbmRleC5waHA/b3B0aW9uPWNvbV9jb250ZW50JnZpZXc9YXJ0aWNsZSZpZD0xNTUmSXRlbWlkPTI4OA==>. Acesso em: 04 set. 2009.

JUNK, W. J.; CUNHA, C. N.; LEITÃO-FILHO, H. F. Woody vegetation in the Pantanal of the Mato Grosso, Brazil: a preliminary typology. *Amazoniana*, XIX (3/4), p. 158-184, jun. 2007.

KINGDON, J. W. *Agendas, alternatives and Public Policies*. 2nd Michigan: Longman, 1995.

PÁDUA, E. M. M. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1997.

PIMENTEL, C. C. R. *Repercussões da Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC-Pantanal: um olhar para além dos seus limites*. Dissertação (Mestrado em Geografia)– ICHS/PPGEO. Cuiabá-MT: Universidade Federal de Mato Grosso, 2009.

REGO, M. L. *A responsabilidade Social como resposta do Sistema SaaS ambiente institucional brasileiro pós-década de 1990: o caso do SESC*. Rio de Janeiro-RJ: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas 2002.

RODRIGUES, M. M. A. *Políticas Públicas*. São Paulo: Publifolha, 2010.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI. *Institucional: Contexto de criação*. Disponível em: <http://www.sesisp.org.br/home/2006/institucional/contexto.asp>. Acesso em: 06 dez. 2010.

SILVA, J. S. V. da; ABDON, M. M. Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, v. 33, Número especial, p. 1.703-1.711, out. 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.